



ORÇAMENTO DO ESTADO

ESTABILIDADE | CONFIANÇA | COMPROMISSO

NOTA EXPLICATIVA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



ORÇAMENTO DO ESTADO

© MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Av. Infante Santo, 2

1350-178 LISBOA

• Telefone: (+351) 217 811 800 • Fax: (+351) 217 811 835

ÍNDICE

1.	Orçamento para a Educação: um contrato social assente na confiança, na inovação e no investimento	iii
1.1.	Um orçamento para a recuperação das aprendizagens.....	v
1.2.	Um orçamento para uma escola que se moderniza.....	viii
1.3.	Um orçamento para a inovação no ensino profissional.....	ix
1.4.	Um orçamento para a educação pela arte.....	xi
1.5.	Um orçamento para a desburocratização.....	xiii
1.6.	Um orçamento para a estabilização e valorização dos professores.....	xiii
1.7.	Um orçamento para a formação dos futuros professores	xvi
1.8.	Um orçamento que valoriza o desenvolvimento profissional.....	xvi
1.9.	Um orçamento para a qualificação da população em idade ativa	xviii
2.	Conta do Programa Orçamental	xxi

Índice de figuras

Figura 1 – Evolução das taxas de abandono escolar precoce.	iii
Figura 2 – Evolução das taxas de insucesso escolar no ensino básico.	iv
Figura 3 – Evolução da despesa consolidada em Educação (em milhões de euros).	iv
Figura 4 – Evolução das taxas de insucesso escolar no ensino secundário.....	x
Figura 5 – Evolução do número de turmas no ensino profissional.	x
Figura 6 – Escolas integradas no Plano Nacional das Artes	xii
Figura 7 – Evolução do número de vinculações na última década.....	xiv
Figura 8 – Evolução do investimento em formação contínua de professores (em milhões de euros).....	xvii
Figura 9 – Evolução do número de inscrições - Qualificação de Adultos	xviii
Figura 10 – Evolução do número de certificações – Programa Qualifica	xix

Índice de tabelas

Tabela 1- Técnicos especializados (PDPSC) por valência.....	v
Tabela 2- Adesão das escolas às medidas do Plano de Recuperação das Aprendizagens.....	vi
Tabela 3- Planos de inovação em vigência.....	viii
Tabela 4- Participantes envolvidos no projeto piloto dos Manuais Digitais.....	ix
Tabela 5- Evolução da distribuição dos docentes pelos escalões da tabela de vencimento	xv

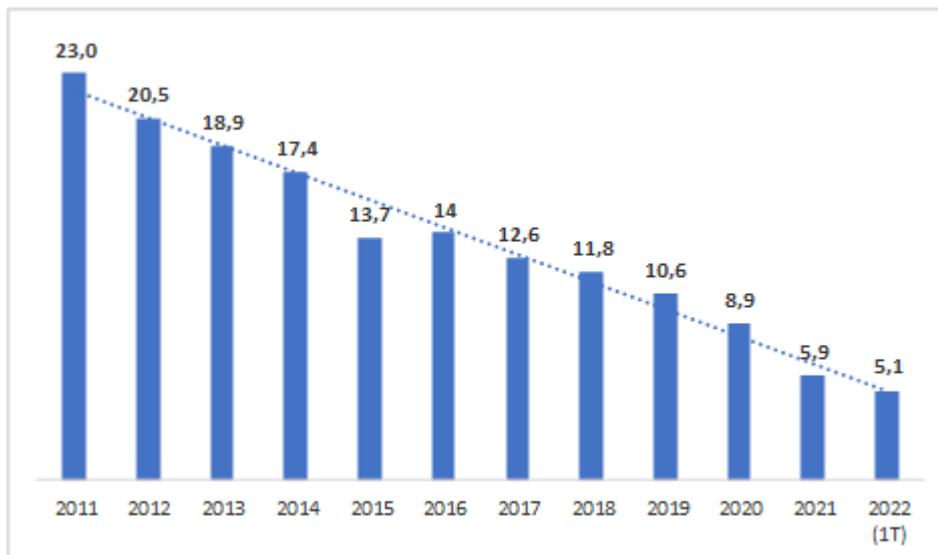
1. Orçamento para a Educação: um contrato social assente na confiança, na inovação e no investimento

Melhoria da qualidade das aprendizagens

O Programa Orçamental para a Educação aposta na continuidade e reforço de um caminho que o sistema educativo português tem vindo a trilhar de forma consistente e gradual, acompanhado de medidas de monitorização e antecipação.

A política educativa tem-se centrado numa aposta na melhoria da qualidade das aprendizagens, assumindo que o determinismo do contexto socioeconómico como fator preditor do insucesso escolar não é uma fatalidade. A redução consistente do abandono escolar precoce, que evoluiu, entre 2015 e 2021, de 13,7% para 5,9%, atingindo no primeiro trimestre de 2022 os 5,1%, é fruto de um trabalho aturado e refletido sobre o currículo nacional, desde as Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar, incluindo o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, até aos objetivos de qualificação da população ativa inscritos no Programa Qualifica. Começar cedo, agir preventivamente e não desistir de ninguém, incluindo dos adultos que não tiveram oportunidade de estudar, são peças fundamentais de uma política educativa inclusiva e promotora de uma cidadania que se alicerça no conhecimento e no domínio de competências essenciais.

Figura 1 – Evolução das taxas de abandono escolar precoce.

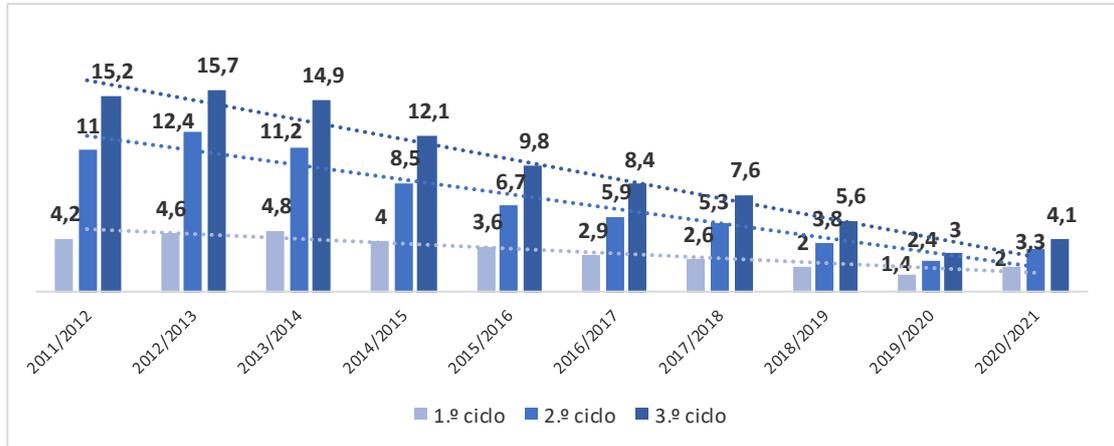


Fonte: INE.

A melhoria das taxas de insucesso escolar, que hoje atingem valores significativamente baixos no ensino básico, é produto de um esforço continuado das escolas no exercício de uma autonomia que tem permitido a adequação das respostas educativas a

contextos específicos, ajustando o currículo às especificidades dos alunos e dos territórios, flexibilizando estratégias de apoio educativo e formas de organização do calendário escolar, dos instrumentos de avaliação, das metodologias, colocando-se a inovação curricular ao serviço da qualidade das aprendizagens e da inclusão de todos.

Figura 2 – Evolução das taxas de insucesso escolar no ensino básico.

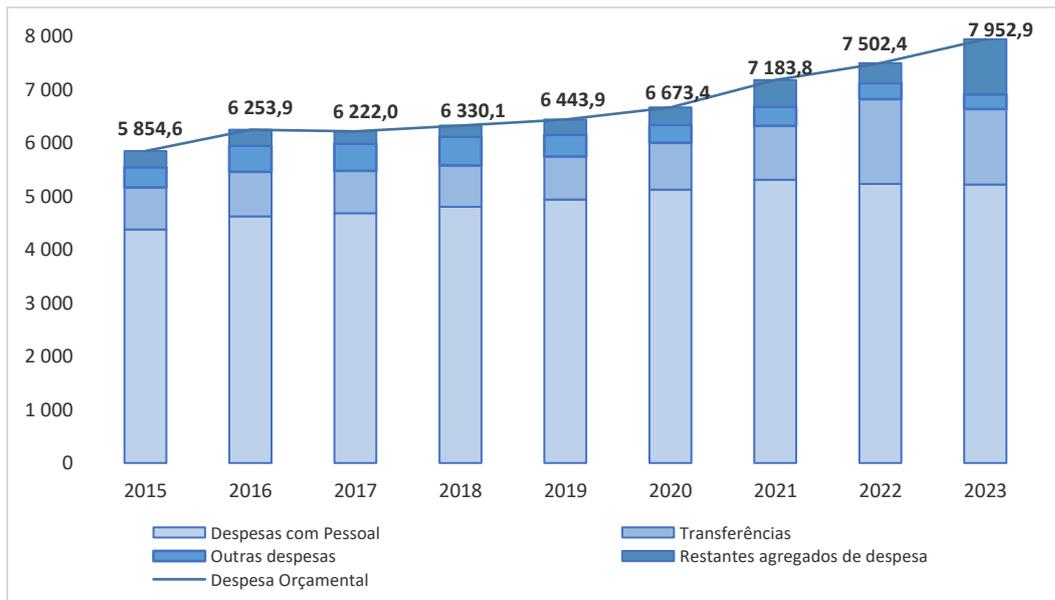


Fonte: Perfil do Aluno 2020/2021 (DGEEC).

Aumento do Orçamento da Educação

O Orçamento do Estado para a educação volta a beneficiar de um aumento efetivo, em linha com os últimos 7 anos, resultando já numa subida acumulada de 36% desde 2015 em termos de despesa total e 44% em termos de despesa efetiva. O orçamento da educação cifra-se em 6.933,3 milhões de euros, a que deve acrescer, para efeitos comparativos, o valor de 1.019,6 milhões de euros inscrito no fundo de descentralização, atingindo-se, assim, um valor global de 7.952,9 milhões de euros.

Figura 3 – Evolução da despesa consolidada em Educação (em milhões de euros).



Fonte: CGE (2015-2021), Estimativa de execução (2022), Proposta de OE2023 (inclui montantes inscritos no FFD respeitantes à educação).

Recuperação das aprendizagens

O olhar sobre esta trajetória positiva de evolução dos resultados escolares não pode deixar de ter em conta o profundo impacto da pandemia sobre as aprendizagens. Durante dois anos letivos, o ensino presencial esteve suspenso por uma parte significativa do tempo e, apesar de todos os esforços envolvidos no ensino à distância, houve aprendizagens comprometidas, impactos no bem-estar emocional e agravamento das desigualdades. Consciente da necessidade de intervenção, o Governo aprovou o plano de recuperação das aprendizagens 21|23 Escola+ (RCM n.º 90/2021, de 7 de julho, prorrogada pela RCM n.º 66/2022, de 22 de julho) assente no reforço de recursos humanos e materiais e, sobretudo, na concessão às escolas de uma autonomia sem precedentes na forma de gestão do currículo e da organização das estruturas de apoio educativo.

1.1. Um orçamento para a recuperação das aprendizagens

Continuidade do Plano 21|23 Escola+

O Plano 21|23 Escola+, iniciado em 2021-2022 e que tem o seu segundo ano de vigência no atual ano letivo, com importante repercussão no presente Orçamento do Estado, integra medidas e recursos destinados à aprendizagem da leitura, à deteção precoce de dificuldades de aprendizagem, à diversificação das formas de apoio aos alunos, alargando tutorias, potenciando formas de organização das turmas, criando disciplinas e oficinas específicas. A alocação de cerca de 1.200 técnicos especializados aos *Planos de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário* tem permitido que seja desenvolvido um trabalho nas escolas que alia a recuperação das aprendizagens ao fomento do bem-estar emocional e ao acompanhamento dos alunos em situação de vulnerabilidade acrescida. Para 2023 e em consonância com as solicitações das escolas, foram aumentados em 6% o número de técnicos especializados, estando atribuídos 1.238.

Tabela 1- Técnicos especializados (PDPSC) por valência

	2021/2022	2022/2023*
Técnicos especializados PDPSC, dos quais	1.169	1.238
<i>Psicólogos</i>	414	438
<i>Terapeutas da fala</i>	164	174
<i>Técnicos de informática</i>	126	133
<i>Assistentes sociais</i>	125	132
<i>Educadores sociais</i>	118	125
<i>Artistas</i>	84	89
<i>Animadores</i>	63	67
<i>Outros</i>	75	79

* Valores previstos.

Fonte: Ministério da Educação (outubro de 2022).

O investimento de cerca de 230 milhões de euros em recursos humanos nestes dois anos letivos, a que acrescem mais de 21 milhões de euros em formação de professores no mesmo período e o investimento previsto no Plano de Recuperação e Resiliência na modernização dos ambientes de aprendizagem, constituem um impulso significativo para uma resposta adequada aos impactos da pandemia.

Monitorização do Plano

A produção sistemática de instrumentos de monitorização do plano, das aprendizagens dos alunos, do bem-estar emocional da comunidade educativa é absolutamente crucial para uma aferição do impacto destas medidas. Os relatórios de monitorização indiciam uma adesão expressiva das escolas às medidas propostas, bem como o impacto positivo na recuperação.

Com base nos exercícios de monitorização, verifica-se a grande mobilização por parte das escolas de várias ações, bem como uma significativa afetação de recursos — n.º de professores, horas semanais de professores e técnicos, turmas envolvidas, de que se destaca a medida *Escola a Ler*. Esta medida consiste na realização de atividades que fomentam a leitura orientada em sala de aula, contacto dos alunos com livros que os motivem e estimulem a prática regular e continuada da leitura e da escrita, com produção e disponibilização de materiais de apoio, envolvendo cerca de 26 mil turmas e 25 mil professores. Quando solicitadas a classificar o impacto da implementação das ações na recuperação das aprendizagens, as escolas sublinham a importância de várias, ganhando novamente especial destaque a ação *Escola a Ler*, com 95% das escolas a identificarem-na com Relevante ou Muito Relevante para a recuperação das aprendizagens.

Tabela 2- Adesão das escolas às medidas do Plano de Recuperação das Aprendizagens

Ações implementadas pelas escolas (%)	
Escola a ler	88%
Começar um ciclo e/ou Promover o sucesso escolar - 1º ciclo e novos ciclos	74%
Capacitar para avaliar	67%
Aprender integrando	56%
Constituição de equipas educativas	55%
Diários de Escritas	53%
Rastreios visuais e auditivos	50%
Avançar recuperando	41%
Gestão do ciclo	39%
Turmas dinâmicas	37%

Fonte: Plano 21|23 Escola +. Segundo relatório de monitorização (junho de 2022).

Recuperar as aprendizagens implica intencionalidade, monitorização e avaliação. 2023 é um ano crucial para continuar esta monitorização e avaliação de impacto, uma vez que, no final do ano letivo, se deverá avaliar da continuidade de algumas medidas em função da sua eficácia. Por isso mesmo, será repetido o estudo diagnóstico das aprendizagens, que em 2021 aferiu as aprendizagens dos alunos na sequência do primeiro período de encerramento das escolas.

Reforço extraordinário de docentes e técnicos

O reforço extraordinário de docentes e de técnicos para as escolas, num valor global de 115 milhões de euros, continuará a permitir a implementação do apoio tutorial específico, abrangendo os alunos do ensino secundário e todos aqueles que tiveram já uma experiência de insucesso, bem como a continuidade dos Planos de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário, através dos quais as escolas contam hoje com mais psicólogos, assistentes sociais, mediadores, educadores sociais e artistas. O reforço do crédito horário das escolas permite alargar as medidas de apoio educativo e coadjuvação de aulas para a recuperação e consolidação das aprendizagens dos alunos e conferir mais tempo para o trabalho das equipas multidisciplinares de apoio à educação inclusiva, que constituem um elemento chave para que as escolas sejam espaços de inclusão efetiva, nas quais se encontram respostas para que a inclusão se traduza em mais acesso ao currículo.

Clubes Ciência Viva na Escola

As aprendizagens consolidam-se mais e melhor quando há experimentação, quando a curiosidade e a resolução de problemas são fomentadas. Por isso, este orçamento consolida a rede de Clubes Ciência Viva, recentemente expandida, num conjunto de 896 clubes onde o currículo se desenvolve através do questionamento, da manipulação, da experiência e na interação com as instituições do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, tendo-se já cumprido a meta inscrita no Plano de Recuperação e Resiliência de mais 650 Clubes. Participam ativamente neste projeto cerca de 575 mil alunos de diferentes níveis de educação/ensino (desde a educação pré-escolar ao ensino secundário) e 5 mil docentes de várias áreas científicas.

Aprendizagem e desenvolvimento da leitura

Este orçamento contempla ainda a disponibilização aos professores de plataformas de apoio à aprendizagem da leitura, permitindo detetar precocemente dificuldades específicas dos alunos e disponibilizando atividades especialmente dirigidas a essas dificuldades. Em conjunto com as iniciativas previstas no Plano Nacional de Leitura e desenvolvidas pela Rede de Bibliotecas Escolares, cuja atividade também se dirige essencialmente à recuperação das aprendizagens, pretende-se um reforço efetivo do desenvolvimento da leitura, uma competência fortemente comprometida pelo encerramento das escolas.

Bem-estar e desenvolvimento emocional

Em 2022, o Governo promoveu uma aferição amostral do bem-estar emocional das comunidades educativas. O Programa Ubuntu, a par de outras iniciativas, como o Plano Nacional das Artes, o Plano Nacional de Cinema, os programas desenvolvidos em parceria com a Ordem dos Psicólogos Portugueses, entre outros, visam reforçar as competências socioemocionais, hoje unanimemente consideradas centrais para uma aprendizagem efetiva e harmoniosa e até objetivos centrais do processo educativo. O Orçamento do Estado continua este investimento nestes programas e projetos, num valor global de 1,2 milhões de euros, para que as escolas sejam cada vez mais espaços de fruição cultural e de desenvolvimento integral.

1.2. Um orçamento para uma escola que se moderniza

Planos de inovação

Hoje são mais de 100 os agrupamentos com Planos de Inovação. Estes constituem iniciativas arrojadas no desenvolvimento curricular, que revolucionam as formas de organizar o currículo e a escola. Não se pretende inovar para fazer diferente, mas sim para melhorar a qualidade do ensino.

Tabela 3- Planos de inovação em vigência

2019/2020	2020/2021	2021/2022	2022/2023
88	111	98	103

Fonte: Ministério da Educação (outubro de 2022)

Escola Digital

Assim é também com a Escola Digital. Para além da óbvia relevância do desenvolvimento de competências digitais pelos alunos numa era de transformação acelerada da relação com o conhecimento, não se encara a digitalização como um fim em si mesmo, mas como uma forma de aprender mais, desenvolver novas competências, trabalhar mais eficazmente, multiplicando recursos didáticos e pedagógicos.

Este Orçamento do Estado dá continuidade e inicia novas etapas no programa Escola Digital. Estando já atribuídos todos os equipamentos para os alunos e para os professores (1,05 milhões) serão dados passos fundamentais na melhoria da velocidade e qualidade da internet nas escolas, num valor global de 150 milhões de euros até 2024. De igual modo, a par do reequipamento dos serviços administrativos 15 mil com computadores (já concretizado, no valor de 6 milhões de euros) e das salas de aula com equipamento de projeção (em curso, no valor total de 27 milhões de euros), em 2023 serão instalados cerca de 1.300 laboratórios de educação digital, espaços equipados com tecnologia ao serviço do currículo em áreas como a robótica, a programação ou o design gráfico, no valor global de 21 milhões de euros.

Manuais escolares digitais

A utilização de manuais escolares digitais permite diferenciação na aprendizagem e acesso a muito mais recursos educativos, proporcionando novas experiências de estudo e um leque mais vasto de percursos a explorar. Esta é a evidência fornecida pelas escolas que integraram os dois primeiros anos da experiência piloto de desmaterialização dos manuais digitais. Em 2023 quadruplica-se o número de alunos que acompanham este processo, sendo já cerca de 12 mil, do 3.º ao 12.º ano, os que preparam o caminho para o início da generalização da desmaterialização.

Tabela 4- Participantes envolvidos no projeto piloto dos Manuais Digitais

	Escolas	Turmas	Alunos	Editoras
2020/2021	9	48	106	7
2021/2022	24	186	3.753	8
2022/2023	68	569	11.434	17

Fonte: Ministério da Educação (outubro de 2022)

Desmaterialização das provas de avaliação

Também nas provas e exames se afirmam os passos na digitalização, dando-se, em 2023, continuidade à realização de provas de aferição e provas finais de ciclo em formato digital, com importantes consequências logísticas de simplificação dos processos administrativos e redução do trabalho dos professores na organização e classificação dos processos de avaliação externa, num projeto que representa um investimento de 12 milhões de euros até 2025.

Tendo sido realizado, em junho de 2022, o piloto das provas de aferição em suporte digital no qual foram testados itens em suporte digital e os processos organizativos das provas, encontram-se agora em fase de elaboração as provas de aferição em suporte digital com vista à sua implementação em 2023, bem como as provas finais de ciclo do 9.º ano para aplicação do piloto em 2023.

Gestão dos meios digitais da Educação

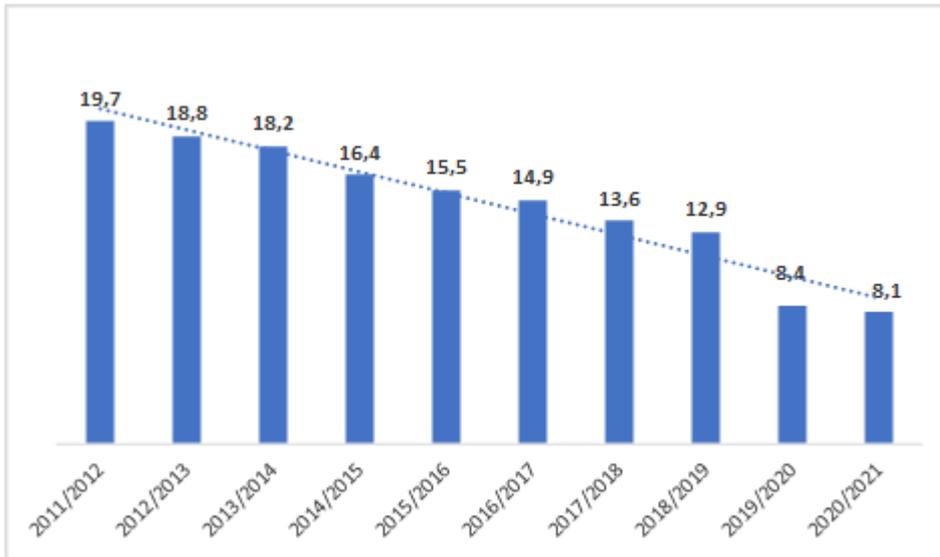
O Orçamento do Estado prevê ainda uma quantia de 17 milhões de euros para a implementação de um sistema de acompanhamento na gestão dos equipamentos informáticos pelas escolas. Com efeito, estando já atribuídos nas escolas todos os 1,05 milhões de computadores para uso individual de alunos e docentes, é necessário implementar um plano para a manutenção, substituição e controlo dos computadores distribuídos aos alunos, de forma a garantir a sustentabilidade e racionalidade da medida e a sua continuidade no tempo, permitindo a expansão continuada da inovação pedagógica. Este projeto permitirá aplicar um conjunto de boas práticas digitais e ecológicas, como por exemplo, a recolha de resíduos (economia circular), a limpeza e reacondicionamento de equipamentos, bem como atualizações de software e antivírus.

1.3. Um orçamento para a inovação no ensino profissional

Sucesso no ensino secundário

A diversificação da oferta educativa no ensino secundário, associada ao alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos, tem sido um importantíssimo contributo para a redução das taxas de insucesso e abandono neste nível de ensino, cuja taxa se fixa atualmente em torno dos 8%.

Figura 4 – Evolução das taxas de insucesso escolar no ensino secundário.

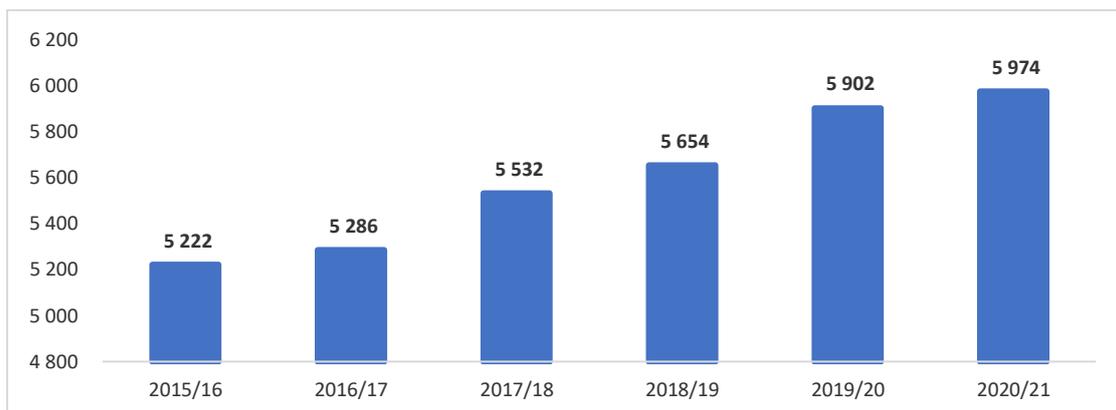


Fonte: Perfil do Aluno 2020/2021 (DGEEC).

Ensino Profissional

O ensino profissional, enquanto oferta conferente de dupla certificação, tem vindo a robustecer-se, com uma procura crescente por parte dos jovens, que reconhecem nesta via uma aposta fundamental para uma formação que lhes permite um ingresso no mundo do trabalho, sem excluir o prosseguimento de estudos para o Ensino Superior.

Figura 5 – Evolução do número de turmas no ensino profissional.



Fonte: DGEEC (junho de 2022).

O ano de 2023 dará continuidade ao trabalho iniciado de reforço da rede do ensino profissional, num esforço consistente da adequação da oferta formativa às necessidades dos territórios, com melhoria constante dos instrumentos de orientação vocacional e uma gestão equilibrada da oferta formativa.

Centros Tecnológicos Especializados

O Plano de Recuperação e Resiliência prevê a criação de Centros Tecnológicos Especializados, que permitirão que, já em 2023, se inicie a instalação dos primeiros 108, enquanto se desenrola o segundo momento de candidaturas. Estes Centros constituirão nichos de especialização tecnológica, fortemente infraestruturados e integrados em ofertas adequadas às necessidades das empresas, num valor global de 480 milhões de euros. Para 2023, prevê-se a abertura de concurso para mais 109 centros, com um investimento de 143 milhões de euros.

Esta infraestruturização das escolas com cursos profissionais permitirá que a inovação pedagógica e tecnológica também andem de mãos dadas nesta via de ensino, construindo-se uma escola em que a qualidade e as condições para o ensino se beneficiam reciprocamente preparando melhor os alunos para a sua inserção no mercado de trabalho.

1.4. Um orçamento para a educação pela arte

Valorização das artes no currículo

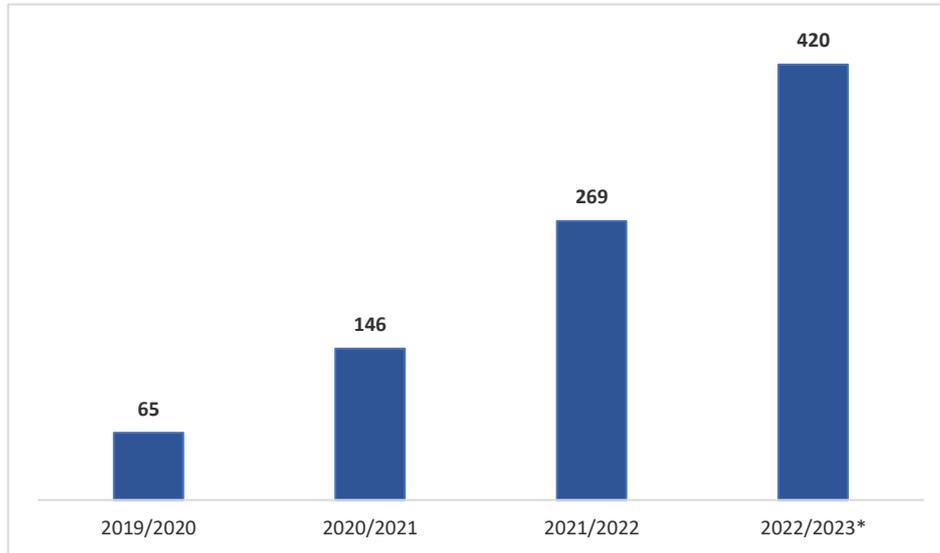
A política educativa tem vindo a valorizar o papel das artes no currículo, atribuindo-lhe a mesma relevância e centralidade das outras áreas curriculares, em linha com o prescrito no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e reconhecendo o papel da sensibilidade estética e artística na formação geral dos cidadãos e o acesso à cultura como um direito e uma garantia do fomento do pensamento crítico e criativo, competência essencial para o sucesso ao longo da vida.

Neste contexto, o Plano Nacional das Artes, o Plano Nacional de Cinema e o Plano Nacional de Leitura têm assumido um papel fundamental na promoção da escola enquanto espaço de programação cultural, em estreita articulação com os agentes culturais. A adesão das escolas a estes planos, com a vivência permitida pelas residências artísticas promovidas e a definição de Projetos Culturais de Escola, tem vindo a ter uma adesão crescente.

Entre de 2019 e 2022, quadruplicou o número de escolas integradas no Plano Nacional das Artes. Em 2022/2023, regista-se novo aumento muito expressivo que elevará esse número para 420, significando que mais de 50% dos agrupamentos escolares aderiram

à implementação das dinâmicas deste plano. Por todo o país, há mais de 90 artistas residentes nas escolas a desenvolver trabalho no âmbito do Plano Nacional das Artes.

Figura 6 – Escolas integradas no Plano Nacional das Artes



* Valor previsto.

Fonte: Ministério da Educação (outubro de 2022).

A evolução recente do Plano Nacional do Cinema é muito significativa: alargamento para 520 no número de escolas ativas na plataforma de *streaming* de filmes (serviço gratuito e universal), correspondendo a mais de 6 mil sessões de cinema em 2021/2022 e cerca de 175 mil alunos espectadores.

No âmbito do Plano Nacional de Leitura, em 2023, destaca-se a consolidação e alargamento das atividades dirigidas à promoção da literacia, bem como a aposta nas bibliotecas digitais, no âmbito do investimento em recursos e conteúdos educativos digitais do Plano de Recuperação e Resiliência, com valor global de 80 milhões de euros até 2025.

Ensino artístico especializado

Este reconhecimento do papel das artes no currículo e na formação é acompanhado da introdução de alterações no ensino artístico especializado, de que a recente aprovação do Curso Básico de Teatro é exemplo, com a abertura de 150 vagas nas escolas do país. Este Orçamento do Estado dá também início ao processo de definição da rede para a criação de novas escolas artísticas públicas, complementando a oferta atualmente circunscrita às Escolas António Arroio, em Lisboa, e Soares dos Reis, no Porto. Pretende-se, com esta medida, alargar a oferta respondendo às aspirações de várias centenas de alunos de diferentes pontos do país que não veem satisfeitas as suas aspirações por inexistência de vagas.

1.5. Um orçamento para a desburocratização

Redução da burocracia

A valorização da ação pedagógica dos professores, que devem estar focados na missão de ensinar, obriga a uma reflexão sobre o elenco das suas tarefas administrativas. Do trabalho de proximidade com as escolas e da auscultação aos professores emerge uma necessidade de redução da burocracia associada à sua atividade. Consciente de que aos diretores de turma é solicitada grande parte destas tarefas, o Orçamento do Estado prevê que se dê início a um trabalho de levantamento de procedimentos sem eficácia pedagógica efetiva, marcados pela redundância ou pela irrelevância. Pretende-se uma efetiva desburocratização, pautada pela simplificação e pela intencionalidade, sem prejuízo das necessidades de registo e documentação de tudo o que se traduz em benefícios para a qualidade das aprendizagens.

Sistemas de informação

A desburocratização envolve também a melhoria dos sistemas de gestão de informação do Ministério da Educação. A integração de plataformas e de instrumentos de recolha de dados tem vindo a ser desenvolvida e acelerará durante o ano de 2023, dando resposta a uma necessidade de redução das tarefas de reporte por parte das direções escolares. A plataforma única de gestão dos alunos, que agrega múltiplas plataformas dispersas entre serviços, por exemplo, permitirá que, para vários processos, como a inscrição em exames ou a emissão de certificados e diplomas, possa ser feita sem necessidade de novos registos de dados nominais. Esta simplificação de processos administrativos e redução da burocracia passa, assim, por uma redução de tarefas e não pela mera migração do papel para o digital.

Em 2023 vai proceder-se ao lançamento e conclusão do processo aquisitivo para a elaboração do Plano Estratégico de Sistemas de Informação da Educação. A adoção deste Plano e implementação dos sistemas associados pelas estruturas orgânicas do Ministério da Educação está prevista durante o quarto trimestre 2024.

1.6. Um orçamento para a estabilização e valorização dos professores

Carência de professores

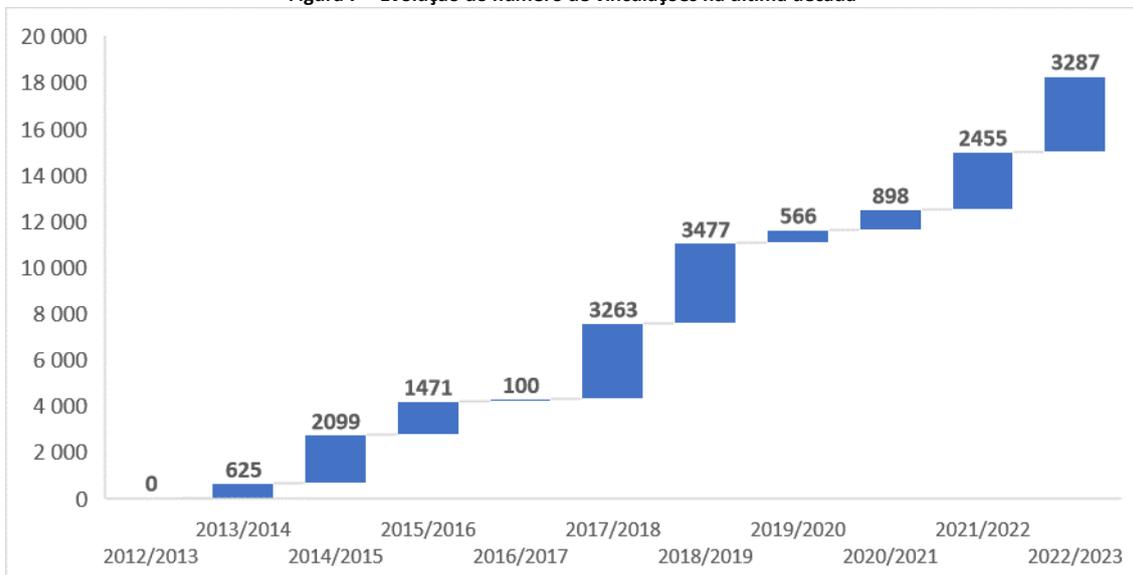
Portugal, à semelhança de vários países do mundo, enfrenta um crescente problema de carência de professores. Conforme documentado pelo estudo promovido pela Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência e pela Universidade Nova de Lisboa, a aceleração das aposentações, que teve início em 2019, bem como as baixas taxas de diplomação de novos professores fazem antever um cenário de carência que obriga a medidas de curto, médio e longo prazo.

Atualmente, ao contrário do que acontece noutros países, a situação portuguesa não é ainda de carência de professores qualificados. No ano letivo 2022-2023, já foram supridas necessidades através da colocação de mais de 23 mil professores. Portugal enfrenta uma dificuldade resultante da necessidade de substituição de professores que, pelas mais variadas razões, interrompem as suas funções temporariamente, criando necessidades de substituição recorrentes. O processo de colmatação de dificuldades de substituição foi mitigado pelas recentes medidas aprovadas, de que se destaca a possibilidade de renovação de horários completos e incompletos, a gestão das mobilidades de professores, o completamento de horários incompletos para os quais não havia candidato, a revisão das habilitações para a docência ou o recurso mais ágil à contratação de escola, encurtando o período de ausência de professores em cerca de 50% face a períodos homólogos em anos anteriores.

Atratividade da carreira docente

Importa, contudo, contemplar condições de atratividade da carreira docente. Os últimos sete anos foram pautados pelo reforço das equipas educativas e pela vinculação de mais de 14 mil professores.

Figura 7 – Evolução do número de vinculações na última década



Fonte: DGAE.

Concomitantemente, foi efetuado o descongelamento das carreiras, o que permite ter hoje 50% dos docentes nos cinco escalões mais elevados da tabela salarial e 18% dos docentes colocados no último escalão, ao passo que em janeiro de 2018 essa

percentagem era inferior a 1%. É agora crucial criar condições de estabilidade reforçada para os atuais profissionais e para aqueles que consideram ser professores.

Tabela 5- Evolução da distribuição dos docentes pelos escalões da tabela de vencimento

Escalão	Jan/18	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21
1	9%	7%	1%	0,4%	0,3%
2	14%	14%	13%	6%	3%
3	19%	19%	19%	16%	16%
4	15%	14%	18%	24%	25%
5	7%	8%	4%	6%	7%
6	9%	9%	13%	13%	13%
7	5%	7%	9%	5%	9%
8	12%	7%	2%	8%	9%
9	10%	14%	13%	4%	2%
10	0,01%	2%	6%	17%	18%

Fonte: DGAE.

Modelo de recrutamento

Está em curso a discussão com as organizações sindicais sobre o modelo de recrutamento e colocação de professores. Este Orçamento do Estado assume a centralidade deste processo para a criação de mais atratividade para a carreira docente. Após uma aferição cuidada das necessidades permanentes do sistema educativo, pretende-se reforçar os processos de vinculação, combatendo a precariedade, criar condições para a vinculação direta em quadro de escola, dando mais estabilidade aos profissionais e às escolas, com consequentes melhorias para a continuidade pedagógica. De igual modo, para reduzir as deslocações entre professores, será reduzida a dimensão dos Quadros de Zona Pedagógica.

Em linha com o reforço da autonomia das escolas e com o contrato social de confiança que a política educativa tem vindo a estabelecer, o processo negocial procurará também que uma parte do corpo docente das escolas possa ser contratado de acordo com perfis de competências específicos, adequados aos projetos educativos da escola, conseguindo-se um equilíbrio justo entre processos de recrutamento centralizados e instrumentos de maior compatibilidade entre o desenvolvimento profissional dos professores e as necessidades específicas de cada escola.

A fixação em quadro de escola, a redução da mobilidade entre escolas e a vinculação extraordinária de 5.000 professores trará mais estabilidade e maiores perspetivas de compatibilização entre a vida profissional e pessoal para os profissionais.

1.7. Um orçamento para a formação dos futuros professores

Formação inicial de professores

Depois de anos em que a procura aos cursos de formação inicial de professores foi baixa, muito fruto da perceção generalizada e da veiculação sem fundamento de que o país tinha excesso de professores, começamos, felizmente, a inverter esta tendência, sendo disso exemplo o aumento de 14% dos alunos colocados nas Licenciaturas em Educação Básica.

O Orçamento do Estado 2023 integra revisões ao modelo de formação inicial de professores, de que se destacam alguns aspetos, tendo já sido formalmente constituído o grupo de trabalho que tem como missão apresentar um relatório com propostas com vista à implementação de um regime jurídico de habilitação profissional para a docência na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário mais flexível e eficaz, suscetível de proporcionar um aumento efetivo de candidatos à frequência de mestrados em ensino, de modo a garantir à escola pública, de forma sustentável, os professores em número e qualidade necessários à prossecução da sua missão (Despacho n.º 12214/2022, de 19 de outubro). Em primeiro lugar, serão revistas as condições de acesso aos Mestrados em Ensino que, atualmente, impedem que jovens com formação científica adequada sejam admitidos como candidatos. Será ainda revisto o modelo de estágio profissionalizante, procurando-se que os candidatos a professores tenham turmas atribuídas, melhorando as condições de acompanhamento pelos professores cooperantes que orientam os estágios e voltando a remunerar os estágios.

A perspetiva de maior estabilidade e a existência de vagas em quadro de escola, desejavelmente, chamará de volta à profissão docente professores profissionalizados que, entretanto, deixaram de concorrer. Para estes professores, prepara-se uma formação breve para acompanhar o processo de regresso ao ensino.

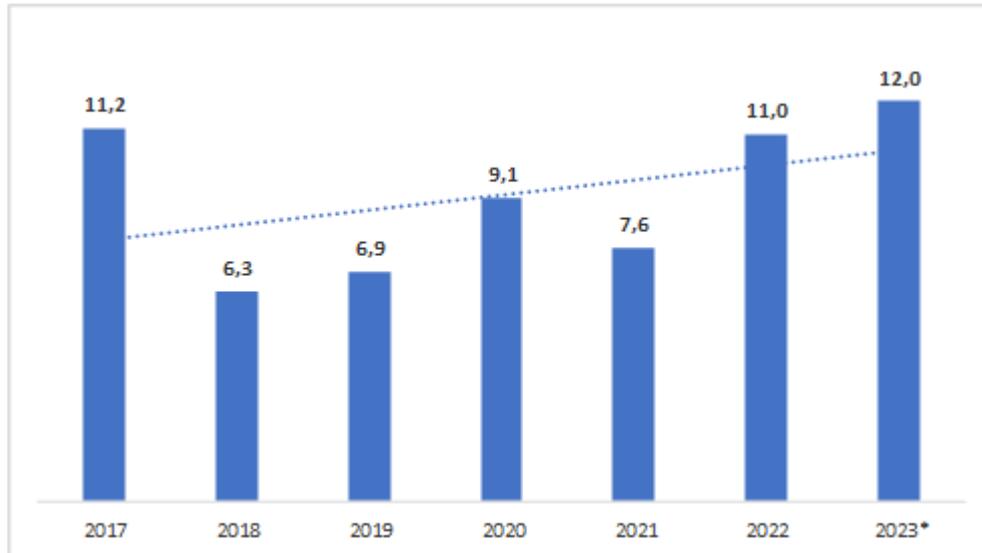
1.8. Um orçamento que valoriza o desenvolvimento profissional

Formação contínua de professores

A aposta continuada na formação contínua dos professores que Portugal tem feito, o crescente envolvimento dos Centros de Formação das Associações de Escolas que, desde 2017, estão fortemente comprometidos com a capacitação docente em áreas

críticas do desenvolvimento curricular, tem dado frutos na melhoria dos resultados escolares. Desde 2017, foi feito um investimento global em formação de cerca de 52 milhões de euros e em 2023 será previsivelmente de 12 milhões de euros.

Figura 8 – Evolução do investimento em formação contínua de professores (em milhões de euros)



* Valor previsto.

Fonte: Ministério da Educação (outubro de 2022).

Educação inclusiva, Aprendizagens Essenciais de Matemática, Competências digitais

O presente Orçamento do Estado dá continuidade a esta centralidade da formação docente. Destacam-se três áreas fundamentais.

O programa de formação Educação Inclusiva: um caminho, um compromisso, recentemente iniciado visa capacitar as escolas em dinâmicas organizacionais e nas práticas inclusivas em sala de aulas, nas diferentes disciplinas, para uma progressiva melhoria dos indicadores na área da inclusão. Este programa decorre das recomendações feitas pela Agência Europeia para as Necessidades Educativas e Educação Inclusiva e pela OCDE nas duas avaliações a que Portugal se submeteu para avaliar o impacto e a implementação do Regime Jurídico para a Educação Inclusiva.

A consolidação das Aprendizagens Essenciais de Matemática do Ensino Básico e do Ensino Secundário, documentos curriculares que dão maior relevância a dimensões como a literacia estatística e o pensamento computacional, será suportada por um programa de formação docente, com experimentação de materiais e partilha de recursos educativos.

Em 2023 continuar-se-á a formação em competências digitais, que já chegou a 70 mil docentes, com níveis de formação diferenciados em função de níveis de proficiência digital, englobando desde capacitação tecnológica até aos processos fundamentais de aproveitamento dos recursos digitais para metodologias didáticas diferenciadas, que explorem a virtualidade destes recursos em sala de aula. A formação para o desenvolvimento profissional dos docentes no domínio da literacia e das competências digitais captou financiamento europeu de 15 M€ para execução entre setembro de 2020 e junho de 2023.

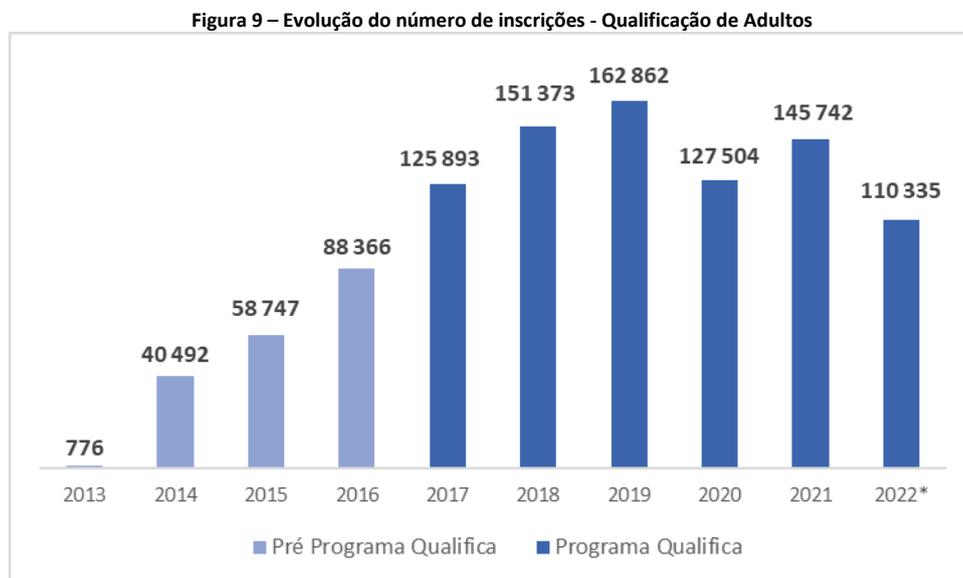
Este Orçamento do Estado dará também início a um processo de organização de formação em formato MOOC (*Massive Open Online Learning*) para atualização científica dos professores nas suas áreas específicas de docência, em articulação com instituições de ensino superior.

Serão ainda continuadas formações em áreas transversais, relacionadas com as competências socioemocionais dos alunos, no combate à violência doméstica e no namoro e para a promoção da segurança em ambiente escolar.

1.9. Um orçamento para a qualificação da população em idade ativa

Formação de adultos

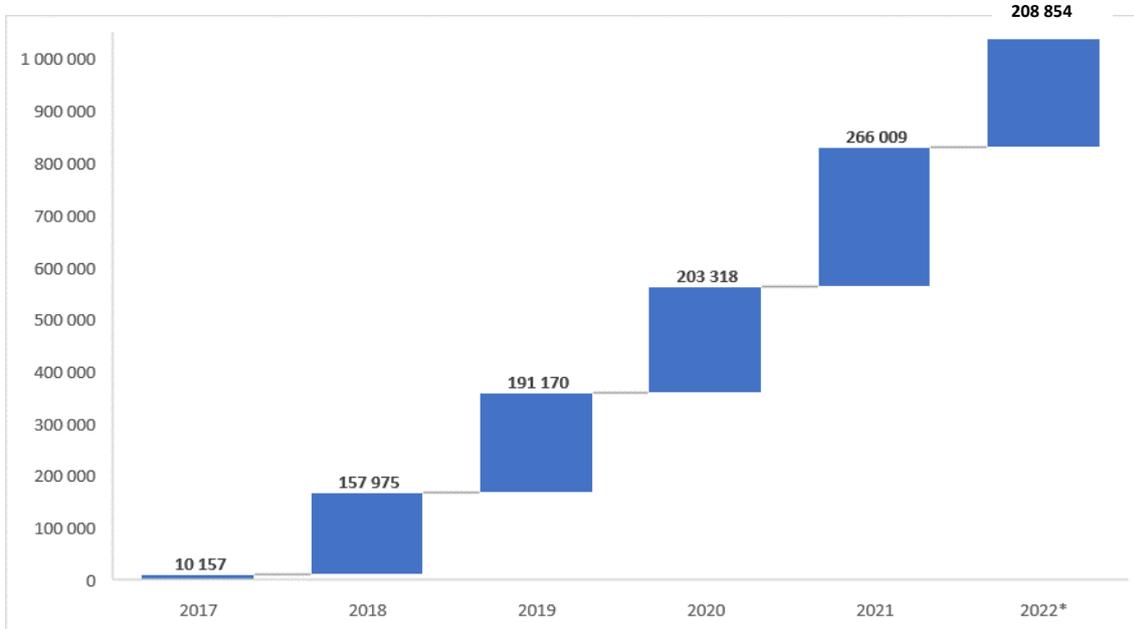
Investir na qualificação daqueles que não tiveram oportunidade de estudar na idade própria é uma obrigação do estado social. O Programa Qualifica, lançado em 2017, já permitiu que várias centenas de milhares de adultos elevassem os seus níveis de qualificação e formação, através de processos de educação e formação e de reconhecimento e validação de competências escolares e profissionais. Entre 2017 e 30 de setembro de 2022, os Centros Qualifica registaram 823.709 inscrições, o que revela uma capacidade de resposta muito significativa na proposta de soluções de qualificação aos adultos inscritos.



* Até setembro de 2022
Fonte: ANQEP.

Em setembro de 2022, atingiu-se 1 milhão de certificações, conseguindo-se recuperar o prejuízo feito há uma década quando, por mero preconceito ideológico, se desmantelou a rede de educação e formação de adultos

Figura 10 – Evolução do número de certificações – Programa Qualifica



* Até setembro de 2022

Fonte: ANQEP.

Este compromisso com a qualificação faz sentido não apenas pelo que contribui para a dignidade e o desenvolvimento profissional da população adulta, mas também pela reparação social que permite, tendo em conta as evidências, recentemente documentadas de novo no relatório *Education at a Glance 2022*, produzido pela OCDE, que mostram que estudar compensa, na medida em que se encontram relações preditivas fortes entre os níveis de qualificação, o emprego e a remuneração média dos adultos.

Com efeito, maiores níveis de qualificação permitem melhores perspetivas de emprego, maior capacidade de ultrapassar mais rapidamente situações de desemprego e maiores os níveis salariais. Como mostra aquele relatório, em Portugal, em 2020:

- os trabalhadores com ensino secundário completo ganhavam cerca de 25% mais do que os trabalhadores com qualificações inferiores;
- A taxa de emprego dos indivíduos cujo nível de escolaridade é o ensino secundário completo é 12 pontos percentuais superior à taxa de emprego dos que não terminam o secundário.

O Orçamento do Estado para 2023 continua este investimento na educação e formação de adultos, com duas medidas de particular relevância inscritas no Plano de Recuperação e Resiliência.

Acelerador Qualifica

O Acelerador Qualifica, no valor global de 55 milhões de euros até 2025, permite atribuir um estímulo financeiro aos adultos que concluem os seus processos de qualificação, convidando mais adultos ao investimento em si e reconhecendo o esforço e empenho colocados por cada um na elevação das suas habilitações e do seu percurso individual.

Projetos locais

Com uma atenção dedicada aos adultos com muito baixas qualificações, os projetos locais para o desenvolvimento de qualificações, orçamentados em 40 milhões de euros até 2025, e cerca de 10 milhões de euros durante 2023, estimulam as parcerias entre os Centros Qualifica e as associações e organizações não governamentais que, nos diferentes territórios, chegarão a adultos com níveis de literacia muito baixos, para que se desenvolvam estratégias de formação que os mobilizem e lhes permitam, posteriormente, através da certificação obtida, continuar a sua demanda por níveis mais elevados de habilitações, melhorando a sua competitividade e vendo o seu desenvolvimento humano mais solidificado.

Português Língua de Acolhimento

A formação da população ativa, através dos Centros Qualifica, tem sido uma resposta fundamental para a integração dos cidadãos migrantes, através da oferta de Português Língua de Acolhimento, permitindo uma mais rápida inserção dos adultos migrantes no mundo do trabalho. A expansão progressiva desta rede, que terá continuidade em 2023, tem também expressão neste Orçamento do Estado.

2. Conta do Programa Orçamental

Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar (PO 12)

OE / 2023 - Conta do Programa Orçamental

(milhões de euros)

Classificador Económico	2022	2023	Variação (%)	Estrutura 2023 (%)
	Estimativa	Orçamento		
DESPESA				
Despesa Corrente	7 310,1	6 663,6	-8,8	96,1
Despesas com o Pessoal	5 234,0	5 222,4	-0,2	75,3
Aquisição de bens e serviços	230,8	760,6	229,5	11,0
Juros e outros encargos	8,0	10,1	26,3	0,1
Transferências correntes	1 546,3	391,7	-74,7	5,6
Subsídios				
Outras despesas correntes	291,0	278,8	-4,2	4,0
Despesa de Capital	105,4	208,7	98,1	3,0
Investimento	53,0	202,9	282,9	2,9
Transferências de capital	44,4	5,8	-86,8	0,1
Outras despesas de capital	8,0			
Diferenças de consolidação		0,0		
Despesa Efetiva Consolidada	7 415,5	6 872,3	-7,3	
Ativos Financeiros				
Passivos Financeiros	86,9	61,0	-29,9	0,9
Diferenças de consolidação de ativos e passivos				
Despesa Total Consolidada	7 502,4	6 933,3	-7,6	
Da qual: despesa relativa à descentralização de competências	811,8			
Despesa Total Consolidada sem despesa relativa à descentralização de competências	6 690,6	6 933,3	3,6	
Receita Total Consolidada	7 417,1	6 933,4	-6,5	
Saldo Orçamental	-85,3	0,1		

por Memória:

Despesa por Fonte de Financiamento consolidada	Orçamento 2023
Receitas de Impostos	5 848,5
Receitas Próprias	253,4
Fundos Europeus	679,7
Transferências entre entidades	151,7
Diferenças de Consolidação	0,0

O orçamento para 2023 não inclui as verbas a transferir para os municípios, no âmbito da descentralização de competências, inscritas no Fundo de Financiamento da Descentralização (1.019,6 milhões de euros).

Fonte: "Relatório OE2023" (Ministério das Finanças).



ORÇAMENTO DO ESTADO

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

AV. INFANTE D. HENRIQUE, 1
1149-009 LISBOA

<http://www.portugal.gov.pt>